

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30513	39099/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.30.25.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Contratação: Empreitada de “REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES - 2ª FASE”.

Vocabulário CPV: 45453000-7 - Obras de revisão e recuperação	Prazo máximo de execução: 540 dias	Preço Base: €2.988.513,28
--	--	-------------------------------------

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

Valéria de Araújo Borges (1 / 3)
Diretora da Unidade de Gestão da Contratação
Data: 23/09/2025
Hora: 13:00
HASH: 2d39f4b68c8b27d682b8f4a87add2

BRAGA

Carlos Alexandre Braga Rodrigues (2 / 3)
Diretor de Departamento de Obras Municipais
Data: 23/09/2025
Hora: 13:00
HASH: 4805cb70148a76428d18e6c737c067

BRAGA

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (3 / 3)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 23/09/2025
Hora: 13:00
HASH: 225728b0a3163724e83d793f72833955

BRAGA



1. ENQUADRAMENTO

A operação “**REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES - 2ª FASE**”, encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030-FEDER - 03064800, no OP5 – Norte, com fundo de financiamento no valor de 1.621.800,00€ + IVA.

Nº Projeto	Designação	Submetido		
NORTE2030-FEDER-03064800	Centro Cultural Dr. Francisco Sanches - 2ª Fase: Museu de Braga	Investimento Total	3 550 885,19 €	Inve
		Investimento Elegível Comparticipado	1 908 000,00 €	Inve
		Investimento Elegível Não Comparticipado	1 642 885,19 €	
		Investimento Não Elegível	- €	Inve Elegi
		Fundo (85%)	1 621 800,00 €	Func

Refere-se o presente projeto à segunda fase da obra de reabilitação e restauro da antiga Escola Dr. Francisco Sanches para Centro Cultural, operação urbanística de iniciativa da Câmara Municipal de Braga a levar a efeito na Rua de D. Pedro V, freguesia de Braga S. Vítor.

A empreitada agora proposta consiste na reabilitação de um edifício de grandes dimensões com carácter institucional para fins culturais, inserido em malha urbana consolidada.

Na 1ª fase da obra foi efetuado o restauro do piso 1 para a instalação do Arquivo Municipal, realizada a reabilitação das fachadas e a substituição do revestimento das coberturas.

Com a 2.ª fase da obra, pretende-se, essencialmente, à adaptação dos pisos superiores do edifício para nele instalar o denominado “*Museu de Braga – Museu da Identidade Territorial*”.

O edifício alvo da pretensão foi inicialmente um palacete burguês do tipo chalé do final do Século XIX, sendo depois ampliado em várias fases, primeiro para Colégio de inspiração Cristã e posteriormente a escola de ensino público do 2.º e 3.º ciclos Dr. Francisco Sanches, sendo que esta só utilizou a parte central e nascente do conjunto edificado. A ala mais a poente foi adaptada e mantém-se como convento de uma congregação de irmãs religiosas.

1.1. Proposta de intervenção:

De acordo com a memória descritiva anexa.

1.3. Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

- CCDD-N – Unidade de Cultura



- AGERE EM – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- ADENE;
- E-REDES

O projeto não carece de obtenção de outros pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações necessárias, por parte de entidades externas ou internas, que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

2. PROPOSTA

Propõe-se abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada **“REABILITAÇÃO E RESTAURO DA ANTIGA ESCOLA DR. FRANCISCO SANCHES PARA CENTRO CULTURAL” a levar a efeito na Rua de Dom Pedro V sita na Freguesia de São Vitor deste concelho**, com valor base **€2.988.513,28 + IVA + IVA**.

Prazo de execução: **540 dias**

Repartição de encargos a considerar (rubrica 2024/35-26):

- Ano de 2025: **464.879,84 € + IVA**
- Ano de 2026: **1.721.162,28 € + IVA**
- Ano de 2027: **802.471,16 € + IVA**

2.1. Dispensa de cumprimentos de exigências legais consideradas

2.1.1. Fundamentação para a não adjudicação por lotes

Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinadamente esta opção.

2.1.2. Fundamentação do preço base

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de



contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado e às condições técnicas implícitas à execução de cada tarefa

2.1.3. Dispensa de revisão de projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima da 3.ª categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a € 400 000,00.

Conscientes deste facto, no entanto,

O Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, consequentemente de perda de financiamento, **total ou parcial**, com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.



O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de metas de execução parcial em garantir, até 30 de setembro 2025 e 2026, uma faturação mínima que garanta, respetivamente, 30% e 70% do total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente - estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de 45 dias e um prazo estimado de contratualização e execução da revisão de projeto em 4 a 6 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento nos termos referidos no paragrafo anterior.

2.2. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	

c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.

d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.



e) A valorização do **fator preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);

f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 10(dez) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 10 (dez) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.

g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$Fator\ preço = \left(1 - \frac{preço\ proposto - 0,01€}{preço\ base - 0,01€}\right) \times 10$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (540 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 480 dias de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (540 dias) e 1(um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo (480).

j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$Fator\ prazo = 1 - \frac{Prazo\ proposto - prazo\ mínimo}{prazo\ máximo - prazo\ mínimo}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática.

$$Avaliação = Fator\ preço \times 0,7 + fator\ prazo \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;

Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmo termos previstos nas alíneas anteriores, embora com avaliação de sinal negativo, ou seja, ordenar-se-á as propostas de acordo com o critério de adjudicação (decrescente de mérito).

2.3. Pressupostos da adjudicação



2.3.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que** - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de excecionalidade e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

2.3.2. Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, deverá ser prevista a possibilidade do contraente público efetuar **adiantamentos de preço** por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo.

Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030, nomeadamente associada à perda parcial de financiamento, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de excecionalidade previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

2.4. Regime de fiscalização prévia especial do Tribunal de Contas

Nos termos do artigo 17.º - A da Lei n.º 43/2024 de 2 de dezembro, que alterou a Lei 30 /2021 de 21 de maio, prevê-se que os contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, são sujeitos a fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas, são eficazes e podem produzir todos os seus efeitos antes da decisão do Tribunal de Contas.

3 – DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **autorizar e aprovar os termos da referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

A não contratação por lotes, de acordo com o supramencionado.

3.1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;



iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

3.2. Parâmetros base

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

a) O preço base do procedimento será de **€2.988.513,28 (dois milhões, novecentos e e oitenta e oito mil, quinhentos e treze euros e vinte oito cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor**, ** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

b) Prazo máximo de execução da empreitada: **540 dias**

3.3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República***. **

3.4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

Membros efetivos:

Valéria Borges (Presidente)

Rita Gonçalves

António Torres

Membros suplentes:

Carlos Rodrigues

Ana Martins

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

3.5. Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada



ao **Eng.º António Peixoto**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.\

3.6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às diligências necessárias para resposta aos concorrentes sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

3.7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o definido no ponto **2.2. (Critério de adjudicação)**.

Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.

3.8. Cabimento orçamental



Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 98217, emitido em 22/09/2025.

3.9. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 22 de setembro de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Programa do Concurso; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao procedimento **CPE.30.25.DMOSM**, respeitante à contratação pública – Empreitada **“REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES - 2ª FASE”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 22 de setembro de 2025



PROJETO DE EXECUÇÃO
Memória Descritiva e Justificativa



Centro Cultural Dr. Francisco Sanches
2.º Fase

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	3
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO	3
2 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA PRETENSÃO E DESCRIÇÃO DO CONTEXTO TERRITORIAL EM QUE SE INSERE	3
3 CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA	3
3.1 PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS A AFETAR AOS DIVERSOS USOS	3
3.2 ÁREAS DESTINADAS A ESPAÇOS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLETIVA, INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS.	4
3.3 ESTRUTURA VIÁRIA ADOTADA, ESPECIFICANDO AS ÁREAS DESTINADAS ÀS VIAS, ACESSOS E ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS, INCLUINDO AS PREVISTAS EM ESTRUTURA EDIFICADA	4
4 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS APLICÁVEIS	4
5 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NO CONJUNTO DE SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA QUE OCORREM NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	4
6 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO EM OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, PARA EFEITOS DOS ARTIGOS 20.º E 21.º DO RJUE	5
7 JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES TÉCNICAS E DA INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA OPERAÇÃO NA ENVOLVENTE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	5
7.1 COM A MORFOLOGIA E O TECIDO URBANOS DA ENVOLVENTE	5
7.2 COM OS ELEMENTOS COM RELEVÂNCIA PATRIMONIAL, ARQUEOLÓGICA, HISTÓRICA E CULTURAL NA ENVOLVENTE	5
7.3 COM OS ESPAÇOS DE USO PÚBLICO DA ENVOLVENTE	5
7.4 COM O DIMENSIONAMENTO DAS REDES DE INFRAESTRUTURAS	5
8 SOLUÇÃO CONSTRUTIVA	5
8.1 DEMOLIÇÕES	5
8.2 FUNDAÇÕES	6
8.3 ESTRUTURA RESISTENTE	7
8.4 ACABAMENTOS EXTERIORES	7
8.5 ACABAMENTOS INTERIORES	7
8.6 CARPINTARIAS	9
8.7 SERRALHARIAS INTERIORES	10
8.8 VIDRACEIRO	10
8.9 DIVERSOS	10
9 COMPONENTE ECOLÓGICA	11
10 DETERMINAÇÕES	12

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa ao projeto base para a segunda fase da obra de reabilitação e restauro da antiga Escola Dr. Francisco Sanches para Centro Cultural, operação urbanística de iniciativa da Câmara Municipal de Braga a levar a efeito na Rua de D. Pedro V, freguesia de Braga (S. Vitor).

2 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA PRETENSÃO E DESCRIÇÃO DO CONTEXTO TERRITORIAL EM QUE SE INSERE

Trata-se da reabilitação de um edifício de grandes dimensões com caráter institucional para fins culturais, inserido em malha urbana consolidada.

Na 1ª fase da obra foi efetuado o restauro do piso 1 para a instalação do Arquivo Municipal, realizada a reabilitação das fachadas e a substituição do revestimento das coberturas.

A 2ª fase da obra, corresponde, essencialmente, à adaptação dos pisos superiores do edifício para nele instalar o denominado Museu de Braga – Museu da Identidade Territorial.

O edifício alvo da pretensão foi inicialmente um palacete burguês do tipo chalé do final do Século XIX, sendo depois ampliado em várias fases, primeiro para Colégio de inspiração Cristã e posteriormente a escola de ensino público do 2.º e 3.º ciclos Dr. Francisco Sanches, sendo que esta só utilizou a parte central e nascente do conjunto edificado. A ala mais a poente foi adaptada e mantém-se como convento de uma congregação de irmãs religiosas.

A 1ª fase da obra fez também a reabilitação dos espaços exteriores, que incluem a escadaria nobre de acesso ao edifício e jardins laterais, assim como o vasto logradouro e a entrada de serviço, que permite o acesso acessível e automóvel ao novo Centro Cultural.

3 CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA

3.1 Programa de utilização das edificações e áreas a afetar aos diversos usos

A 1ª fase da obra realizada no edifício do designado Centro Cultural Dr. Francisco Sanches compreendeu a reabilitação exterior integral do edifício, com restauro das fachadas, substituição de coberturas e caixilharias. Foi também instalado, ao nível do Piso 1, o Arquivo Municipal.

A 2ª fase da obra compreende a reabilitação integral do interior dos pisos superiores para a instalação de um núcleo museológico e espaços de apoio.

Esta obra possui um total de 4574,21m² de área bruta de intervenção com o programa distribuído por 4 pisos, incluindo o tratamento do pátio exterior.

A entrada do futuro Museu da Identidade Territorial de Braga partilha a receção do Arquivo Municipal no piso 1, sendo que os visitantes são encaminhados para uma segunda sala ainda neste piso, onde uma escada de presença cénica os convida a subir ao segundo piso.

Associada à entrada no piso 2, na ala correspondente à fachada principal localiza-se uma sala de espera complementada pela loja do museu. No lado oposto, sobre a receção do piso inferior, temos um mezanino para exposições temáticas.

O espaço museológico desenvolve-se num circuito em espaços sucessivos em galeria ao longo dos dois pisos superiores da ala nascente, apoiada por duas escadarias nos extremos.

A ala central do edifício, possuirá uma sala temática no piso 2, enquanto no piso 3 será instalado o depósito temporário do museu, servido por monta cargas, integrado numa nova estrutura autoportante em perfilaria de aço e revestimento a painel sanduiche, a instalar no pátio mais pequeno a norte.

As peças a integrar o espólio do museu da cidade, serão rececionadas no piso 1, na zona de descargas do Arquivo Municipal, espaço que sofre uma reformulação no âmbito desta fase, sendo depois encaminhadas pelos corredores de serviço desse piso ao monta cargas e deste aos espaços do museu nos pisos superiores ou ao depósito temporário do piso 3. Os corredores servem também, um segundo

depósito/arquivo, que irá aproveitar o espaço do pátio maior, mais a sul, do piso 1, sendo o terraço, ao nível do piso 2, destinado a atividades ao ar livre do museu.

Na ala mais a norte do edifício, será criado um segundo acesso ao museu, este destinado à receção de grandes grupos ou de apoio a eventos que possam ser organizados na sala polivalente (antiga capela) ou na sala multiusos (antiga sala polivalente/teatro), dois espaços de grande capacidade que se pretendem reutilizar para a promoção/divulgação de atividades complementares organizadas pelo museu.

Para apoio aos eventos e receção números de público, a ala norte é servida por uma receção/bengaleiro, um foyer com espaço de bar, e com acesso por escadaria, a um piso inferior com instalações sanitárias acessíveis, e um espaço para exposições temporárias e ainda ao piso 4 que faz o aproveitamento do desvão da cobertura para uma zona destinada a workshops.

A ala a poente, que integra o chalé original do edifício, serão instaladas as zonas administrativas, de manutenção e de apoio no âmbito do Museu da Identidade Territorial que agrega todos os espaços museológicos geridos pelo município de Braga.

Esta ala possui um acesso autónomo com características de serviço, aproveitando a escadaria decorativa do chalé, que, ao não ser acessível, não foi equacionada para acesso de uso público do novo Centro Cultural.

3.2 Áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas, equipamentos.

A intervenção insere-se numa área urbana já consolidada, considerando tratar-se o edifício de um equipamento municipal cultural, correspondendo a uma obra de mero tratamento de interiores em edifício existente, não foi considerado a cedência de mais áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas, equipamentos.

3.3 Estrutura viária adotada, especificando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamento de veículos, incluindo as previstas em estrutura edificada

Esta obra não prevê intervenção no espaço público.

4 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS APLICÁVEIS

No que concerne à classificação do solo, toda a área de intervenção está integrada em solo urbano na categoria “Espaço Central” (UOPG 14), conforme PDM atualmente em vigor.

Nesta tipologia de espaço, prevê-se ações que visem a qualificação do espaço público e do edificado em geral e que garantam a diversidade funcional promovendo medidas de incentivo ao estabelecimento das atividades económicas, dos equipamentos e das áreas residenciais. Aos prédios abrangidos, aplica-se complementarmente o disposto no Título III – Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico do Código Regulamentar do Município de Braga.

Nesta tipologia de espaço, o índice de utilização do solo é definido por aspetos de integração morfotipológicos relativamente ao edificado existente na envolvente.

Trata-se de uma intervenção no interior de um edifício existente, com uma ampliação residual num dos pátios interiores, proposta que não agrava as áreas impermeabilizadas preexistentes.

5 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NO CONJUNTO DE SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA QUE OCORREM NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Parte da área de intervenção insere-se em área urbana com Proteção Arqueológica conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara de 13-09-2012, exigindo-se a elaboração Plano de Trabalhos Arqueológicos a aprovar previamente à fase de obra na Unidade de Cultura da CCDR Norte.

O edifício em concreto não está abrangido por nenhuma outra servidão administrativa nem restrições de utilidade pública, sendo o edifício em questão propriedade do município de Braga.

O edifício não está abrangido por Zona Geral de Proteção a imóvel classificado, não carecendo de consultas externas ao município.

6 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO EM OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, PARA EFEITOS DOS ARTIGOS 20.º E 21.º DO RJUE

Trata-se de uma obra da iniciativa do município de Braga em edifício sua propriedade.

Nos termos da alínea k) do artigo 5.º do Regulamento do PDM de Braga, a presente intervenção urbanística enquadra-se na definição de equipamentos públicos ou de serviços públicos — Correspondem a equipamentos coletivos que, neste caso, serve áreas no contexto social, da segurança pública e proteção civil, independentemente de a promoção poder ser atribuída à iniciativa privada.

7 JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES TÉCNICAS E DA INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA OPERAÇÃO NA ENVOLVENTE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

7.1 Com a morfologia e o tecido urbanos da envolvente

Trata-se de uma obra em edifício existente, essencialmente de adaptação de espaços interiores sem impacto na envolvente urbana consolidada.

7.2 Com os elementos com relevância patrimonial, arqueológica, histórica e cultural na envolvente

A intervenção no pátio será alvo de acompanhamento por parte da unidade de arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

7.3 Com os espaços de uso público da envolvente

Não aplicável face ao tipo de intervenção.

7.4 Com o dimensionamento das redes de infraestruturas

Não se aplica, o edifício já se encontra ligado às redes públicas na sequência da realização da 1.ª fase que já preverá suporte para as fases subsequentes.

8 SOLUÇÃO CONSTRUTIVA

8.1 Demolições

No piso 1

Demolição da escadaria em betão na zona de descargas do Arquivo Municipal.

Demolição de pavimentos e desaterro no pátio maior (para atingir a cota do piso).

Demolição de betonilha e escavação para execução do fosso do monta cargas.

Remoção de caixilharia em PVC e rasgamento de dois vão para acesso ao novo depósito (pátio).

Remoção de caixilharias em PVC nas portas de acesso ao pátio.

Remoção da caixilharia em PVC na janela do camarim (novo acesso)

Remoção de estantaria na sala adjacente à receção do Arquivo Municipal.

Rasgamento de acesso entre a sala da receção e sala da escada cénica.

Escavação para execução de piso enterrado na ala norte.

Demolição da escadaria em madeira na ala nascente

Demolição da escadaria em betão de acesso ao piso 2 na ala nascente (cargas e descargas).

No piso 2

Remoção seletiva de pavimentos em soalho.

Remoção seletiva de barrotes e vigas em madeira fragilizada.

Remoção de pavimentos em linóleo na ala central.

Remoção de paredes em alvenaria de tijolo na ala central.
Remoção de revestimentos em azulejo nas instalações sanitárias existentes.
Remoção seletiva de rodapés (reaproveitamento dos existentes na zona do chalé original).
Remoção de tetos danificados em estafe.
Remoção seletiva de rebocos danificados em paredes.
Recorte de piso na sala para instalação de escadaria cénica.
Rasgamento de vãos entre salas nos locais identificados em projeto.
Remoção para tratamento em oficina de caixilharias interiores recuperáveis da zona do chalé original.
Remoção de estruturas compostas por barrotes de madeira de suporte aos tetos em estafe demolidos.
Na ala norte, demolição de pisos em betão, de paredes interiores (alvenaria e estafe) e escadaria em madeira existente.
Rasgamento de vãos na fachada da ala norte para abertura de novo acesso.
Demolição de escada em madeira na ala central.
Demolição da escadaria em madeira na ala nascente.
Remoção de betonilhas e escavação para execução de escada para acesso ao piso dos camarins sob o palco da sala multiusos.
Rasgamento de vãos na ala da fachada principal para acesso ao novo terraço/pátio.
Demolição parcial do murete da frente do palco na sala polivalente.

No Piso 3

Remoção de pavimentos em soalho e mosaico nas instalações sanitárias.
Remoção de pavimentos em linóleo e mosaico na ala central.
Remoção seletiva de barrotes e vigas em madeira fragilizada.
Remoção de rodapés.
Remoção de revestimentos em azulejo nas instalações sanitárias existentes.
Remoção de tetos danificados em estafe.
Remoção seletiva de rebocos danificados em paredes.
Rasgamento de vãos entre salas nos locais identificados em projeto.
Remoção para tratamento em oficina de caixilharias interiores recuperáveis.
Remoção seletiva de paredes em estafe na cobertura correspondente ao chalé original.
Demolição da escadaria em madeira na ala nascente.
Na ala norte demolição de pisos em betão, de paredes interiores (alvenaria e estafe) e escadaria em madeira existente.

No Piso 4

Remoção de pavimentos em soalho.
Remoção de barrotes em madeira pregados às asnas na zona de aproveitamento das águas furtadas.
Rasgamento de vão no local identificados em projeto.
Desmonte parcial de asnas e do revestimento da cobertura na zona da caixa de escadas da ala norte.
Abertura de vãos na cobertura para aplicação de claraboias tipo “velux”
Relocalização de claraboias de desenfumagem.

Transporte para vazadouro ou para reciclagem dos produtos resultantes da escavação e dos sobrantes das demolições, conforme plano de gestão de resíduos.

8.2 Fundações

A executar em betão armado conforme projeto específico, respeitando as normas de segurança exigidas, utilizando os materiais indicados, devidamente impermeabilizados usando os respetivos hidrófugos. Estão previstas fundações em betão com aditivo hidrófugo e instalação de drenos periféricos na zona do pátio central e na reconstrução do interior da ala norte.

Execução caixa de britas e de massame armado sobre manta plástica para base suporte de antecâmara na portaria para grandes grupos na fachada norte.

8.3 Estrutura resistente

No geral será preservada a estrutura existente composta por vigas e barrotes em madeira, com reforços com asnas lameladas de madeira nas zonas fragilizadas ou perfis estruturais de aço em pontos indicados no projeto de estruturas.

Execução de estrutura resistente integralmente em betão armado (muros, pilares e lajes) na reconstrução interior da ala norte e na nova sala depósito/arquivo a construir no pátio maior, a executar conforme projeto específico.

Muro e escadaria em betão armado no novo acesso exterior aos camarins.

Laje do tipo colaborante com lâmina em betão armado, na reposição do piso na área correspondente à escadaria demolida na ala nascente (cargas e descargas).

Nova escadaria com degraus em chapa quinada e estrutura suporte em perfis tubulares de aço na ala nascente (escada junto à receção).

Escada cénica com degraus em chapa quinada e guardas estruturais em chapa moldada.

Degraus de acesso ao palco em chapa quinada e estrutura suporte em perfis tubulares de aço.

Reforço de estrutura de pavimento em vigas de madeira lamelada da sala da escada cénica com recurso a perfilaria estrutural em aço.

Reforço de estrutura de pavimento em vigas de madeira lamelada na frente do palco da sala polivalente.

Monta cargas em estrutura metálica resistente em perfis de aço lamelado com lajes colaborantes.

8.4 Acabamentos Exteriores

8.4.1 Diversos

Execução de antecâmara exterior em painel compósito com revestimento em alumínio, com estrutura suporte interior em perfis tubulares de aço. Pintura geral a esmalte efeito forja na cor negro. Colocação de tapete em esteira de alumínio com borracha.

Execução de antecâmara exterior com porta e painéis fixos em vidro temperado com puxador e acessórios de fixação e manobra em aço inox, acabamento escovado. Colocação de tapete em esteira de alumínio com borracha.

Execução de impermeabilização de terraço (pátio interior) em tela líquida de asfalto aplicado a quente, proteção em tela geotêxtil, isolamento térmico, aplicação de lajetas em granito da região com 3cm de espessura mínima, acabamento bujardado, assentes em apoios de PVC reguláveis.

Execução de rodapé em placas de granito da região no contorno do terraço/pátio interior.

Colocação de fixações, aplicação de isolamento térmico e de execução de revestimento exterior em zinco tipo camarinha no contorno da caixa de elevador da ala norte.

Execução de dois bancos em peças maciças de granito da região com acabamento a pico fino-

Sob estes bancos serão colocadas grelhas de ventilação em alumínio com acabamento lacado a cinzento escuro.

Painel de fachada tipo sanduiche no contorno do monta cargas.

Impermeabilização da cobertura do monta cargas em painel sanduiche e rufagem de remate em alumínio lacado.

Revestimento exterior de caixa de elevador em sistema de rufagem tipo camarinha em zinco com pré tratamento escurecido.

8.5 Acabamentos Interiores

8.5.1 Divisórias interiores

Reparação de paredes com argamassas à base de gesso na recuperação de paredes existentes a manter.

Novas divisórias interiores realizadas no sistema tipo parede técnica dupla face, estrutura resistente do tipo reticulada composta por perfis standard em chapa galvanizada, aplicação de painel duplo em gesso cartonado.

Paredes de contorno exterior realizadas no sistema tipo técnica uma face, estrutura resistente do tipo reticulada composta por perfis standard em chapa galvanizada, aplicação de isolamento térmico e aplicação de painel duplo em gesso cartonado.

Novas divisórias interiores, face voltada às instalações sanitárias, realizadas no sistema tipo técnica com estrutura resistente do tipo reticulada composta por perfis standard em chapa galvanizada, aplicação de painel tipo “Wedi Lusa” resistente à humidade.

Aplicação de painéis decorativos acústicos com acabamento a madeira no contorno da sala multiusos, incluindo estrutura de suporte em perfis tubulares de aço galvanizado. Sistema de portadas de abrir com batentes ocultos para acesso a vãos exteriores.

Novo elevador com estrutura tubular em perfis de aço; revestimento a chapa lisa pré-lacada com pintura final a esmalte cinzento antracite.

Parede cénica do palco da sala polivalente realizada no sistema tipo parede técnica dupla face, estrutura resistente do tipo reticulada composta por perfis standard em chapa galvanizada, aplicação de painel duplo em gesso cartonado.

8.5.2 Tetos

Restauro dos tetos decorativos em estafe com reposição dos ornamentos em gesso, na zona correspondente ao Chalé original.

Em geral, substituição de tetos danificados por novos do tipo falsos com estrutura suporte suspensa composta por perfis Z em chapa quinada de aço galvanizado formando dupla camada com:

- Camada superior com fixação de placas de gesso cartonado ignífugo;
- Estrutura de separação composta por calhas em chapa quinadas de aço galvanizado;
- Colocação de isolamento acústico.
- Aplicação de placas de gesso cartonado normal e perfurado (80% da área do compartimento).
- Aplicação de placas de gesso cartonado hidrófugo nas instalações sanitárias.

Em alguns espaços será previsível a colocação de tetos técnicos em grelha metálica.

Serão realizados sancas de remate no contato dos tetos com as fachadas que servirão para suporte de sistemas interiores de controlos solar e de iluminação indireta.

Serão realizados sancas de remate refundadas para iluminação indireta nos corredores, e nas salas do museu na ala da fachada principal.

Execução de alçapões com calha oculta para acesso técnico a equipamentos técnicos nas zonas com tetos em gesso cartonado.

Aplicação de painéis decorativos acústicos com acabamento em madeira no teto da sala multiusos, incluindo estrutura de suporte em perfis tubulares de aço galvanizado.

8.5.3 Revestimento de pisos

Na zona correspondente ao Chalé original, substituição pontual de tábuas danificadas, afagagem mecânica e tratamento de pavimentos em soalho de madeira maciça com acabamento a bi-componente verniz com endurecedor de alta resistência para desgaste intenso.

Em geral, substituição de pisos em soalho de madeira danificados ou novos soalhos, com aplicação de manta acústica, pregagem de painel em contraplacado com 15mm e colagem de soalho multicamada com 14mm de espessura, acabamento natural a riga nova com espessura mínima de 3mm e acabamento a bi-componente, verniz com endurecedor de alta resistência para desgaste intenso.

Espaço galeria - piso em betão com acabamento polido com prévia aplicação de selagem e endurecedor. Nas instalações sanitárias e vestiários, revestimento em placas de porcelanato de grande formato não polido retificado.

Bar - aplicação de placas de contraplacado de 24mm e colagem de revestimento vinílico em manta, espessura de 6mm.

Depósito, sala de arquivo e salas de arrumos em mosaico de grés porcelânico 30x30cm.

Prolongamento da receção, com piso idêntico ao existente em placas de porcelanato de grande formato não polido retificado.

Átrio da entrada de grandes grupos e eventos, antecâmara da sala multiusos em placas de porcelanato de grande formato não polido retificado.,

Escadaria na ala norte com degraus e espelhos em mármore “Ataíja Azul” com 2cm de espessura acabamento amaciado.

Sala multiusos - aplicação de manta acústica, pregagem de painel de contraplacado com 18mm, aplicação de pavimento vinílico em régua com espessura de 9mm imitação de madeira de riga nova.

Camarins - nivelamento de pisos, aplicação de manta acústica, aplicação de pavimento vinílico em régua com espessura de 9mm imitação de madeira de riga nova.

Palco sala multiusos - aplicação de manta acústica, pregagem de contraplacado com 24mm, aplicação de pavimento vinílico em rolo negro com espessura de 2mm.

Nos pisos das instalações sanitárias sobre pavimentos em estrutura de madeira a aplicação dos revestimentos cerâmicos será precedida da colocação de painel de contraplacado 12mm, placas impermeáveis tipo “webi” com 10mm de espessura

8.5.4 Revestimento de paredes

No geral as paredes serão emassadas a gesso e pintadas a tinta de água sem brilho na cor branca.

Nas instalações sanitárias, copa e bar, revestimento em placas de porcelanato de grande formato não polido retificado, com juntas alinhadas com o pavimento e altura de 2,10m.

Placas HPL compacto fenólico 10mm nas cabines sanitárias, incluindo portas e acessórios de fixação/manobra em aço inox escovado. Afastamento ao piso de 10cm.

8.5.5 Revestimento de tetos

No geral os tetos serão emassados a gesso e pintados a tinta de água sem brilho na cor branca ou cinza claro.

8.6 Carpintarias

Rodapés

Reparação e reprodução do rodapé existente nas salas e corredores na zona correspondente ao chalé original. Pintura a esmalte mate.

Rodapés em perfil maquinado executado em placas 12mm e 16mm de MDF com 20cm de altura e acabamento a lacado mate.

Mobiliário fixo

Móveis embutidos e balcão da receção realizados em placas MDF 18mm de termolaminadas a melamina com acabamento cinzento e interiores em placas de aglomerado revestidas a melamina.

Sala de apoio dos funcionários- execução de móvel de apoio na copa em painéis de MDF 18mm de termolaminadas a melamina com acabamento cinzento e interiores em placas de aglomerado revestidas a folha de alumínio; Tampo em painel compósito de quartzo com 20mm; banca em aço inox e torneira de cozinha com acabamento cromado.

Balcão do bar - realizado em placas MDF 20mm de termolaminadas a melamina com acabamento cinzento.

Gavetas com calhas soft-close e dobradiças ocultas com amortecedor.

Portas interiores

Reparação em oficina de portas existentes a reintegrar na zona do chalé original e acesso à galeria. Pintura a esmalte mate.

Reprodução de portas almofadadas iguais às existentes na zona correspondente ao chalé original com bandeira em vidro simples. Pintura a esmalte mate.

Reprodução de guarnecimentos em vãos interiores em perfil maquinado, igual ao existente, executado em placas 16mm de MDF com 15cm de largura e acabamento a esmalte mate na zona do chalé.

Portas interiores com aros e caixilharia em madeira maciça de casquinha, almofadas decorativas maquinadas em MDF de alta densidade, acabamento lacado mate (portas sob a escada do chalé).

Em geral, portas interiores com aros e caixilharia em madeira maciça de casquinha, almofadas lisas em MDF de alta densidade, acabamento lacado mate.

Portas interiores com aros e caixilharia em madeira maciça de casquinha, almofadas em vidro laminado 6+6mm fosco nos acessos aos corredores e portas de entrada grandes grupos, acabamento lacado mate. Painel/lambril em MDF 12m e porta tipo favo folheada a MDF com batente oculto no acesso ao bengaleiro/bilheteira.

Porta de correr em cassete no interior de parede com aros e caixilharia em madeira maciça de casquinha, almofadas lisas em MDF de alta densidade, acabamento lacado mate (I.S. de mobilidade condicionada).

Porta de correr com calha exterior superior, com aros e caixilharia em madeira maciça de casquinha, almofadas em vidro laminado 6+6mm fosco, acabamento lacado mate (foyer).

Guarnecimentos de vãos interiores em geral em perfil com topo boleado executado em placas 16mm de MDF com 15cm de largura e acabamento a esmalte mate.

Diversos

Guarnecimentos nos vãos exteriores em perfil L 12mm em MDF com 15cm de largura e acabamento a lacado mate.

Execução de degraus em madeira maciça de riga nova em geral nas escadarias metálicas.

Reparação e substituição de degraus e espelhos danificados na escadaria existente a manter na zona do chalé.

Tratamento e pintura da guarda e balaustrada em madeira existente na escadaria do chalé.

Tratamento e pintura da balaustrada em madeira existente no balcão da galeria.

Colocação de chapim de remate de murete cénico do palco em madeira maciça de riga nova com 22mm de espessura.

8.7 Serralharias interiores

Escada cénica autoportante de acesso ao museu executada em chapa moldada com 15mm de espessura, incluindo guardas laterais. Pintura geral a esmalte efeito forja.

Escadas em chapa quinada 6mm, suportada por perfis estruturais tubulares de aço e

Guardas de escada constituídas por pranchetas de suporte 40x6mm e perfis verticais em varão redondo liso 15mm em aço, espaçamento máximo 10cm. Pintura geral a esmalte efeito forja.

Corrimãos de guarda e de parede (fixos por esquadro às paredes laterais) em perfil tubular de aço inox betão 50mm de diâmetro nas escadas em geral.

Tratamento e pintura de guardas existentes a preservar em esmalte efeito forja.

8.8 Vidraceiro

Antecâmara da entrada principal, executadas em vidro temperado despolido, puxador duplo de ambos os lados com 60cm em tubo de aço inox escovado, acessórios de fixação e de manobra com acabamento escovado.

Espelhos fixos nas instalações sanitárias.

8.9 Diversos

8.9.1 Serralharias exteriores

Vãos de portas e painéis fixos em perfilaria de PVC branco com vidro duplo no acesso ao novo pátio interior e na estrutura do monta-cargas.

Colocação de guarda com estrutura em barras chatas de ferro 40x8mm (prumos suporte, base e corrimão) e prumos de revestimento em varão de aço 15mm.

8.9.2 Equipamentos sanitários

Sanitas em geral tipo suspensas em material cerâmico vidrado branco com estrutura de apoio e tanque embutido em parede.

Urinóis cerâmicos vidrados branco de parede nas instalações sanitárias masculinas, abastecimento oculto e descarga automática por sensor.

Lavatórios suspensos moldados em placas de quartzo; torneiras automáticas com temporizador.

Lavatórios de parede em material cerâmico vidrado branco; torneiras automáticas com temporizador.

Barras de apoio para utilização por deficientes motores nos sanitários específicos.

Dispensadores de sabão automáticos com recarga.

Seca mãos automático.

8.9.3 Equipamentos mecânicos

Instalação de um elevador com capacidade mínima para 8 pessoas e cabine 1,10x1,40m, porta dupla com 90cm de largura e abertura automática

Instalação de um monta-cargas com capacidade mínima de 2000Kg e cabine com 1,5x2,7m e porta com largura 1,4m de abertura automática.

Claraboias de desenfumagem automáticas (reposicionamento)

Hotte de extração na zona de confeção do bar.

Plataforma elevatória para acesso ao palco/camarins.

Sistema de porta automática de folha dupla na antecâmara para grandes grupos.

Instalação de sistema de Backup elétrico com fonte de alimentação contínua a baterias tipo UPS para equipamentos informáticos e de segurança.

8.9.4 Sistemas AVAC

Instalação de sistema de climatização (quente- frio) em todos os compartimentos com exceção da galeria.

Instalação de ventilação forçada para renovação de ar por sistema mecânico.

Instalação de caldeira de água quente na copa e duche nos camarins.

8.9.5 Gestão Técnica Centralizada

Instalação de bastidores e rede informática IP em todo o edifício e

Rede específica para controlo centralizado de todos os equipamentos de climatização e segurança.

Instalação de sistemas de videovigilância com câmaras IPOE e de intrusão com monitorização e gravação permanente.

Instalação de rede WIFI em malha "Mesh".

Sistema de controlo de acessos com fechaduras inteligentes magnéticas nos gabinetes e portas de acesso a corredores.

9 COMPONENTE ECOLÓGICA

Exige-se às novas operações urbanísticas, ações que diminuam o impacto no meio ambiente através da reutilização de sistemas construtivos preexistente ou pela utilização de materiais ecologicamente mais sustentáveis.

Assim, na reabilitação do edifício prevê-se o máximo reaproveitamento possível dos materiais construtivos preexistentes, nomeadamente as estruturas de madeira, paredes e tetos decorativos em estafe, caixilharias interiores e carpintarias decorativas.

Também serão utilizadas preferencialmente matérias primas com origem na região para reduzir gastos com o transporte.

Conceito “Energy efficiency”

Com vista na eficiência energética do edifício, para além de melhorias da componente térmica, prevê-se a colocação de coletores fotovoltaicos, devidamente integrados nas águas das coberturas sem visibilidade direta para o espaço público.

10 DETERMINAÇÕES

Na execução da obra serão seguidos os regulamentos, leis e regras de construção vigentes, cumprindo escrupulosamente os projetos apresentados.

Todos os trabalhos de movimentações de terras deverão ser precedidos de sondagens arqueológicas, conforme Plano de trabalhos arqueológicos específico a aprovar na respetiva entidade de tutela.

Omissões ou erros de projeto deverão ser comunicados aos autores dos projetos das várias especialidades.

Alterações aos projetos apresentados só serão praticáveis, mediante acordo entre os autores dos projetos, dono da obra e entidades consultadas na aprovação do processo.

Braga, julho de 2025.